

Ensino da Filosofia no Brasil

Sessão especial (21/11/2003) do III Fórum do Centro Oeste de Ensino de Filosofia

20 a 22 de novembro de 2003

Faculdade de Educação da UnB

Prof. Dr. Gonzalo Armijos Palacios

garmijos@cultura.com.br

1. A alternativa de Porchat: historiador da filosofia ou filósofo?

Gostaria de discutir algumas idéias de um filósofo brasileiro que muito admiro e sobre quem já escrevi anteriormente. Trata-se de Oswaldo Porchat Pereira, professor do Departamento de Filosofia da USP e criador do Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência (CLE) da Unicamp. Recebi de um estudante de pós-graduação em Sociologia Política da UFSC a cópia de uma conferência que Oswaldo Porchat ministrara em maio de 1998 sob o título “Discurso aos estudantes de Filosofia da USP sobre a pesquisa em Filosofia”. Leva um subtítulo instigador: “Gênero: *provocatio*.” A conferência fazia parte do II Encontro de Pesquisa na Graduação em Filosofia. Diz o professor Porchat: “E a pergunta imediatamente nos acode: *pesquisa em Filosofia ou pesquisa em História da Filosofia?*” (Grifos do autor) A questão de fundo está posta, mesmo que implicitamente: queremos formar *filósofos* ou *historiadores da filosofia*? E isto nos leva a outra questão: como formar filósofos e como formar historiadores da filosofia?

O fato é que, como diz Porchat, o prestigioso Departamento de Filosofia da USP se preocupou em formar, e formou, bons historiadores da filosofia, não filósofos. O sucesso, então, que o Departamento de Filosofia da USP teve em formar historiadores da filosofia pode recomendar um método de ensino para se lograr esse objetivo. O método usado, como sabemos, é o método estruturalista francês, trazido por Guérout e Goldschmidt. Aqui, no entanto, nos referimos a um método para fazer *história da filosofia*. A pergunta é: e para fazer filosofia? Diz Porchat: “Mas quero interrogar-me aqui sobre se essa é também a melhor maneira de preparar alguém para a *prática da Filosofia*, para atender ao anseio original dos que vieram ao curso de Filosofia movidos por *outra* intenção que *não* a de tornar-se um dia bons historiadores do pensamento filosófico. Seus impulsos eram *filosóficos*.” (Grifos no original) Está claro que, se queremos formar historiadores da filosofia, o método que prevaleceu na USP pode ser o adequado, ou mesmo o melhor. Pelo menos tem dado excelentes resultados. Mas que fazer com aqueles estudantes que entram no Departamento de Filosofia com o desejo de se tornar filósofos, ou com o impulso de vir a sê-lo? Continua Porchat: “E me ocorre, então, a seguinte pergunta que formularei com alguma brutalidade: *estamos contribuindo para a concretização desses impulsos, ou os estamos matando?*” (Grifos do autor) A minha preocupação de a formação filosófica brasileira estar exclusivamente orientada a formar historiadores da filosofia e não filósofos não vem de hoje. Quem chega de fora percebe em pouco tempo que é essa a tendência dos departamentos de filosofia espalhados pelo Brasil. Constatei isso na minha primeira participação num congresso da Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia em 1992. (Mas já em 1986 tinha percebido essa concepção do que deve ser um departamento de filosofia.) A maioria das conferências tinham um viés historiográfico e não filosófico. E não era difícil ver que praticamente todas as publicações e conferências sobre filosofia, escritas e lidas aqui no Brasil, mostravam um interesse quase que exclusivamente historiográfico – mas não sabia exatamente por quê. Podemos explicá-lo, hoje, com palavras do próprio Porchat: “Porque o temor me assaltava é o de que, levados pela nossa segura consciência de que a Filosofia se alimenta de sua história, tenhamos ido longe demais na prática da orientação historiográfica.” Essa prática, pensa, teria ido longe demais com relação à aqueles alunos que queriam ser filósofos, não historiadores da filosofia. Pergunta-se Porchat sobre esses alunos: “A luz distante que os atraía, e iluminava seus primeiros passos, não se terá, por nossa culpa, amortecido? Não estará o *método* esterilizando a *reflexão*?” (Ênfase do autor) O método, de fato, está tão enraizado na academia filosófica brasileira que, quando algum aluno pergunta sobre o tema da monografia de graduação ou de pós-graduação de outro colega, diz: ‘sobre quem você vai trabalhar?’ Note-se, ‘sobre quem’, sobre a teoria de que autor, de que grande filósofo – preferencialmente – do passado. Essa pergunta é um indicativo do que se privilegia, se exige e se permite academicamente. Não se pergunta, por exemplo: ‘que problema

tentas levantar?’, ou ‘que problema tentas levantar e resolver’? Indaga-se sobre o trabalho já feito de um outro autor. O formando não se vê a si mesmo – não é formado para se ver a si próprio – como um possível autor original e criativo. É bom lembrar que isso ocorre numa outra área da filosofia: na lógica. O Brasil se orgulha de ter um lógico que tem contribuído para o desenvolvimento da lógica contemporânea com um trabalho original e de altíssima qualidade. Trata-se do professor Newton da Costa e de seu trabalho pioneiro nas lógicas paraconsistentes. É interessante que os estudantes de lógica no Brasil defendam monografias nas quais pretendem resolver problemas lógicos ainda não resolvidos, ou tentem encontrar novas maneiras de solução. O que numa área da filosofia, na lógica, é uma obrigação, na filosofia é uma ousadia – para não dizer uma espécie de sacrilégio. Há mesmo, na filosofia, um preconceito contra o trabalho que pretende ser original, inovador. E isso é também reconhecido pelo professor Porchat. Aliás, ele, humilde e honestamente, reconhece sua parte de culpa por ter ajudado a alimentar essa atitude. Porchat quer que isso mude, e que mude radicalmente. Porchat propugna uma mudança verdadeiramente revolucionária: “Entretanto, por que não lembrar aqui as vicissitudes e os ardis da dialética? Contra a *tese* da metodologia historiográfica, talvez tenha chegado a ocasião de enfatizar mais a *antítese* representada pela investigação criativa. Na esperança de que o futuro venha a brindar-nos com alguma *síntese* satisfatória. *De qualquer modo, mudar é preciso.*” (Grifos do autor)

A questão, claro, é *como mudar*. Essa mudança, pelas suas dimensões, não é fácil. Muitos fatores vêm de encontro a esse desejo. Com a tradição historiográfica veio uma atitude que reprimia qualquer desejo de fazer algo diferente, de fazer algo que se afastasse dos ditames do que se considerava a única prática acadêmica correta e admissível. Numa passagem, bela pela sua dignidade e coragem, Porchat diz: “um imperativo de honestidade intelectual exige que se inclua de maneira enfática, em meio ao que deve ser criticado, problematizado e revisto, a minha própria atuação passada como professor e orientador. Os mais velhos sabem que eu fui durante décadas um defensor intransigente da ênfase unilateral no ensino historiográfico, que tenho uma dose bastante grande de responsabilidade pela orientação que prevaleceu em nosso Departamento.”

Ficam, então, as questões: como ensinar a filosofar? Deve abandonar-se o estudo dos clássicos? Devemos considerar a reflexão própria e original como uma veleidade? É próprio de quem se acha um gênio querer fazer filosofia? É uma ousadia inaceitável criticar os grandes filósofos? Às quatro últimas perguntas o professor Porchat vai responder com um rotundo “não!” A reflexão sobre tais respostas, e sobre sua proposta do que deve ser mudado para formarmos filósofos no Brasil, merece uma reflexão à parte.

2. Propondo problemas, desafiando a filosofar

O assunto que me ocupa, então, é: no ensino acadêmico, devem-se formar historiadores da filosofia ou filósofos? A tradição acadêmica brasileira fez a primeira opção. Há quem pense que é hora de fazer a segunda escolha. Mas formar filósofos implica numa negação da história da filosofia? Essa é uma das perguntas que Porchat quer responder. Sua resposta pretende “contribuir para que se busquem outros rumos” no ensino da filosofia no Brasil. E, especificamente, “Para que a História da Filosofia, entre nós, comece a dar lugar finalmente à *Filosofia*”. (Grifos do autor)

A estruturação da grade curricular dos cursos de filosofia representa um verdadeiro desafio: como organizá-la? O usual – e aparentemente o lógico – parece ser organizar o estudo da filosofia historicamente. Isto significa que, nos quatro anos do curso de graduação, cada um esteja dedicado, respectivamente, à filosofia antiga, medieval, moderna e contemporânea. Isso tem como consequência negativa que, salvando exceções, só no quarto ano o aluno de um curso de filosofia estará exposto ao que foi feito na filosofia atual. Se o departamento organizou sua grade seguindo um estrito critério historiográfico, filósofos como Nietzsche, Russell, Wittgenstein, Husserl, Heidegger, Quine, por exemplo, só serão estudados no quarto ano do curso. Mas – poder-se-á perguntar – é possível organizar um curso sem seguir um critério cronológico? É possível. Pode-se organizar a grade de um curso seguindo um critério temático (ou problemático). Pode-se estruturar a grade pelos temas que abrangem os estudos filosóficos e em cada área estudar o que os filósofos das várias épocas disseram. Assim, num curso de Ética poder-se-iam discutir Aristóteles, Hume e Wittgenstein. Ou, num curso sobre Ontologia, Heidegger, Quine e Platão. Num curso de Filosofia Política: Platão, Hobbes e Marx. Num curso de Filosofia da Linguagem podem ler-se o *Crátilo* de Platão, o *Ensaio*

sobre a origem das línguas, de Rousseau e *As Investigações filosóficas* de Wittgenstein. Pois, em todos esses cursos, a base seriam os textos daqueles filósofos. Esse enfoque permitiria uma ênfase maior na contemporaneidade que não descuidaria a historicidade da filosofia.

Devemos reconhecer, por outro lado, que há problemas que têm sobre nós um apelo maior do que outros. Nem todos os assuntos sobre os quais se ocuparam os clássicos nos interessam. Diz Porchat: “Ainda aqui, no entanto, creio que caberia enfatizar, nesses estudos, aqueles pontos – e eles são muitos – que ainda estão presentes nas discussões filosóficas contemporâneas, chamando a atenção sobre essa presença e exemplificando-a.” Um desses casos é, por exemplo, a questão da propriedade privada. As primeiras grandes obras de filosofia política do pensamento ocidental, a *República* de Platão e a *Política* de Aristóteles, dedicam passagens inesquecíveis à relação entre propriedade privada e justiça, propriedade privada e enriquecimento desmedido, propriedade privada e revolução. A importância de distribuir bem a riqueza aparece em Maquiavel e o perigo da apropriação ilimitada da riqueza reaparece em Hobbes e em Locke. Isso nos leva diretamente aos trabalhos de Marx e do pensamento político contemporâneo.

Há, então, problemas que nos interessam como contemporâneos. Outros não. Por isso devemos reconhecer, com Porchat, que também há questões “sobre que se debruçaram os grandes mestres que não apresentam hoje nenhum interesse para a filosofia, que pertencem ao museu das antiguidades curiosas, que somente o especialista em historiografia filosófica das épocas passadas precisa eventualmente conhecer.” O interesse nosso, é claro, tem que ser por nossos próprios problemas. O interesse natural de querer resolver nossos próprios problemas. Há problemas que vão aparecendo hoje que jamais poderiam ter sido problemas para os antigos. Isso por uma impossibilidade óbvia. Explico-me: os problemas éticos levantados pelos avanços na engenharia genética exigem uma reflexão nossa. As implicações éticas da clonagem de seres humanos ou de certos órgãos de seres humanos exigem reflexões que jamais acharíamos em filósofos de, digamos, cinquenta anos atrás, para não dizer medievais ou antigos. Isso explica e justifica que Porchat afirme: “E cabe acrescentar que se deve dar maior atenção, nos cursos de História da Filosofia, aos autores contemporâneos, às tendências principais do pensamento filosófico de nossos dias... Incentivando nossos alunos a interessar-se por elas e a trabalhá-las. Porque é infelizmente possível, entre nós, terminar a graduação em filosofia não tendo lido nem trabalhado nenhum, ou quase nenhum, dos temas de que se ocupam os filósofos que neste mesmo momento estão em nosso mundo propondo seus filosofemas.” A verdade é que nunca antes houve tantas mentes dedicadas à filosofia como hoje. Quem está a par das discussões filosóficas contemporâneas nos Estados Unidos e na Europa sabe que seria impossível, em quatro anos, esgotar tudo o que de novo é discutido na filosofia que está hoje sendo feita naqueles lugares. Desde clonagem e engenharia genética à inteligência artificial. O aluno, portanto, deve estar exposto a essas novas discussões, a esses novos problemas e desdobramentos em todas as áreas da filosofia: ética, lógica, teoria do conhecimento, filosofia política etc. “Carregando um pouco as cores – diz Porchat –, eu diria que temos demasiadamente ignorado, ou quase ignorado, algumas importantes tendências e autores que estão influenciando decisivamente o pensamento contemporâneo e que são objeto de estudo e discussão nas melhores Universidades do Ocidente.” Ele está coberto de razão.

Isto nos leva a este problema: deve ser exaustivo o estudo da filosofia? Ou seja: devem ser estudadas as obras de todos os grandes filósofos da humanidade? Deve ser lido tudo o que já se publicou na filosofia? A resposta só pode ser um claro e rotundo “não!” Isso por uma simples razão: é humanamente impossível termos interesse por absolutamente tudo o que fora publicado pelos grandes filósofos – para não mencionar a falta de tempo e paciência. Pois devemos reconhecer: nem todos os filósofos exercem sobre nós o mesmo apelo. Nem todos os problemas filosóficos são, para nós, problemas. Há áreas da filosofia que, muito provavelmente, jamais cheguem a nos interessar (incluindo os autores que a elas dedicaram sua vida). Há obras que abrimos com prazer, mesmo com euforia... Há outras que só abrimos por obrigação e, de alguma maneira, contra nossa própria natureza. Parafraseando Jorge Luis Borges: nem todos os livros foram escritos para nós. Os cursos de filosofia, portanto, deveriam organizar seus estudos para que os estudantes se aprofundem em aqueles temas e problemas que os cativam. Neles é possível que venham mais tarde a criar, a propor coisas originais e interessantes. Só assim aparecerá algo parecido com uma filosofia feita aqui no Brasil. Isso, que já fora considerado uma veleidade, não é mais do que a consequência necessária de

alguém se adentrar num assunto com paixão e conseguir ver novas possibilidades, novos problemas e, seguramente, vir com novas soluções ou novos enfoques. Mas, para isso, a esse alguém deve ser permitido tentar andar com suas próprias pernas. A pergunta de “em que sentido proponho que a História da Filosofia, entre nós, comece a dar lugar à Filosofia” merece de Porchat esta resposta: dando preferência aos “problemas filosóficos”. “E a preferência deve também recair, parece-me, sobre problemas que sejam problemas para o mundo filosófico contemporâneo...” (Grifos no original) Se são problemas que esperam ainda por soluções e permitindo que os nossos estudantes os conheçam e sobre eles reflitam, é necessário que com o tempo venham a propor suas soluções. É assim que se faz filosofia, é assim que sempre se fez. Reconheceu-se um problema, procurou-se uma solução. A questão toda se resume justamente nisso: resolver por conta própria. É comum citar a fórmula “não se ensina filosofia, ensina-se a filosofar”. Mas, indo além da fórmula: como, em quatro palavras, se ensina a filosofar? Eu diria: propondo problemas, estimulando soluções. Eis o desafio.

3. Filosofia, temperamento, gosto

Os nossos atos refletem o que somos. Fazemos as coisas de uma maneira e não de outra. Reagimos de um determinado modo aos estímulos, encaramos os problemas desse ou daquele jeito. No conjunto das coisas que fazemos está quem somos e como somos. Na filosofia não pode ser diferente. Não podemos, nela, abandonar nosso temperamento, nossos jeitos, nossos gostos e preferências. Há, evidentemente, certos assuntos que nos atraem intelectualmente e outros aos que não damos a menor atenção ou importância. De qualquer forma, seja um o outro o tipo de assunto que nos preocupa, não podemos deixar de ser seres do presente. Vivemos nele, é nele que nossa vida ocorre. Assim, as exigências do nosso tempo não podem ser vistas, sem mais, à luz das preocupações de épocas passadas. É no presente que o nosso futuro está em jogo. O ensino da filosofia, então, não pode perder isso de vista. Acontece que, lamentavelmente, esse foi precisamente o caso no ensino da filosofia no Brasil. Privilegiou-se o estudo do passado e dos problemas de filósofos do passado quando, até mesmo por uma questão didática, deveriam ter sido privilegiados os problemas de hoje. Aqueles assuntos que são realmente problemas para nós contemporâneos. Que se prefira os problemas de hoje é o que Oswaldo Porchat propõe no artigo que vem ocupando minha atenção nas últimas semanas. Ele diz: “Mas se deveria dar também atenção especial àqueles problemas filosóficos que são *problemas para nossos estudantes...* Aliás, inseridos que estão e não poderiam deixar de estar no mundo contemporâneo, muitos dos problemas desses jovens refletem compreensivelmente parte da problemática com que estão lidando os filósofos de hoje. Parece-me, por exemplo, que os problemas de *filosofia moral* têm aí um lugar especial. Têm acaso sido eles objeto importante de nossos cursos e atividades de ensino e pesquisa? Temo sinceramente que não.” (Grifos do autor) É importante que isto seja dito por alguém como um Porchat. É o sincero e honesto reconhecimento de que há um problema estrutural a ser resolvido no ensino da filosofia no Brasil. Se queremos formar filósofos aqui no Brasil não é possível continuar com aquela ênfase historiográfica e comentarística. O estudante deve ser deixado em liberdade para pensar. Pensar para reconhecer os problemas e tentar resolvê-los. O estudante tem sido, não só desestimulado, mas proibido de pensar por conta própria. Esperava-se dele um conhecimento de coisas do passado e mais nada. Poderia mesmo ter chegado a ser um erudito em filósofos e questões de outras épocas. E talvez podia escrever algum bom artigo comentando o que já fora feito. E isso era tudo.

A visão sobre o que deve ser feito, sem dúvida, tem de ser radicalmente modificada. Desde quando incentivar o estudante a pensar por si só? Obviamente desde o início do seu curso. E há uma razão muito simples para isso: o estudante não pode deixar de se posicionar perante os problemas e soluções filosóficos. É humanamente impossível não se sentir atraído por uma solução, não se identificar com alguma maneira de se fazer filosofia, de se pensar a realidade. Quando assim nos posicionamos adquirimos uma perspectiva sobre o assunto que nos abre a mente para perceber coisas que não veríamos de outra perspectiva. Mesmo sobre questões discutidas por filósofos antigos uma toma de posição, identificar-se ou rejeitar o dito pelos grandes filósofos, é uma atitude inevitável e, portanto, normal do ponto de vista humano. Lembremos, para citar um exemplo, a proposta da comunhão de bens na *República* de Platão ou a crítica a essa teoria na *Política* de Aristóteles. É impossível que os alunos – e nós mesmos, professores – não nos aproximemos de um ou de outro. Não podemos deixar de fazê-lo porque o problema é ainda nosso. Problema que nos leva a outros que

nos preocupam diariamente: o da pobreza e a riqueza excessiva de uns e outros, da exploração de uns pelos outros, da violência fruto do desemprego ou da falta de oportunidades... A instabilidade social que hoje vive a Argentina, os saques aos supermercados, a repressão policial dos saqueadores (que são tanto crianças como mulheres e idosos), os seqüestros e homicídios nas grandes cidades no Brasil, tudo isso é decorrência, entre outros fatores, da má distribuição da riqueza e das perversidades de um sistema que estimula as desigualdades. A própria realidade em que estamos nos exige soluções. Permitir que os estudantes se pronunciem nas suas aulas de filosofia já desde o início não é um favor que lhes fazemos. Deve ser, antes, uma exigência. Pois é uma exigência para todos nós: não podemos deixar de nos posicionar ante tudo o que está acontecendo em nosso redor. Na minha época de estudante de graduação, lá pelos anos 70, essa exigência era mais do que palpável e a universidade fervia na luta ideológica. Eram tempos que não permitiam que as pessoas se omitissem politicamente. A ditadura, a repressão, os desaparecidos, a tortura não o permitiam. Como estudantes já entrávamos na universidade com uma atitude crítica; na verdade mais do que isso, entrava-se na universidade com um verdadeiro espírito revolucionário. A repressão das ditaduras em muitos países latino-americanos, como foi o caso nos governos sanguinários de Pinochet, Videla e Somoza, para citar três, são prova disso. Éramos, em poucas palavras, obrigados a nos posicionar. Isso significava, obviamente, propor e criticar alternativas e soluções. Alternativas práticas e políticas que exigiam teorias que as justificassem. Hoje, trinta anos depois, leio com prazer que é justamente isso que Porchat quer: “é muito desejável que nossos estudantes sejam fortemente incentivados, *desde o início*, desde o primeiro ano, a *exprimirem livremente nos seminários e em trabalhos e nas aulas os seus próprios pontos de vista sobre os assuntos tratados*. A tomarem posição, a criticarem, a ousarem criticar, se isso lhes parece ser o caso, *mesmo as formulações dos grandes filósofos e suas teses*.” (Grifos do autor) Isso, que para nós já era claro trinta anos atrás, ainda pode parecer uma exigência escandalosa para alguns. E Porchat sabe disso: “Tenho plena consciência de que estou quase pisando aqui num terreno minado, que minhas palavras podem horrorizar os bem-pensantes.” Mas é aí que está justamente o desafio: mudar uma tradição que não quis formar filósofos para uma que pretenda exatamente isso. É uma guinada de 180 graus.

A gente aprende a viver, amadurece, isto é, tendo que resolver problemas. Fazemos isso quando aprendemos aritmética (e matemáticas em geral) desde crianças. Para ver se temos domínio de uma certa área se nos examina por meio da resolução de problemas aritméticos, geométricos, trigonométricos, algébricos. Mais tarde fazemos o mesmo nas aulas de Química ou Física. E o que temos como resultado disso é que em muitas ocasiões há várias maneiras de resolver um problema e vários ângulos de aproximação à questão. A maneira como nos aproximaremos das questões estará determinada pelas nossas habilidades, pela nossa preferência – por exemplo, teremos a tendência a um enfoque espacial ou analítico. Nossa inteligência é influenciada pelo nosso temperamento, e pelos nossos gostos, inclusive em questões puramente teóricas, como na matemática. Nossa idiosincrasia permeia todos nossos atos. Somos seres temperamentais que sentimos atração por certas coisas e repelimos outras. Nossos gostos e preferências aparecem em tudo que fazemos e estão por trás de tudo o que pensamos. Por que na Filosofia deveria ser diferente?

4. Filosofia: um certo olhar das coisas

Na seção anterior tentei mostrar a íntima relação entre fazer filosofia e resolver problemas. Faz-se filosofia na medida em que se descobrem ou resolvem problemas e vemos que há uma multiplicidade de maneiras de resolvermos tais problemas. Tais maneiras, então, dependem de como vemos o mundo, de como nos integramos e interagimos com ele e, em definitivo, de como somos. As diversas maneiras de ser obrigam olhares diferentes. Tais olhares focalizam certos aspectos e ignoram outros. Assim, um problema o é para uma certa perspectiva das coisas, para uma certa vivência do mundo. Não podemos ter todas as perspectivas nem passar por todas as vivências.

O pano de fundo destas reflexões, lembremos, é a conferência do professor Oswaldo Porchat Pereira aos estudantes de Filosofia da USP de maio de 1998. Nela, o professor Porchat propõe uma guinada radical na concepção do que deve ser ensinar filosofia no Brasil. Afirma aí que para que tal guinada ocorra é necessário, entre outras coisas, não só deixar que os estudantes se pronunciem, exponham o que pensam, mas estimular para que se manifestem, para que assumam posições, para que critiquem, se é isso que pensam necessário, mesmo as teses dos grandes filósofos.

Uma objeção antecipada por Porchat é a de que muitos pensarão que isso é estimular o achismo e a “proliferação irresponsável de propostas”. Dirão também, continua, que “antes de tentar filosofar, é preciso adquirir uma sólida formação historiográfica”. Penso que a resposta de Porchat a essas possíveis objeções é contundente: “cabe lembrar um fato simples: o de que a maioria esmagadora dos pensadores filosóficos (os grandes, os médios e os pequenos...) não se prepararam desse modo para filosofar, não adquiriram *primeiro* uma sólida formação historiográfica haurida na prática austera do método estruturalista (inventado, aliás, quando já avançado em anos o século XX...) – a maioria, aliás, não adquiriu uma tal formação *nem primeiro nem depois*, não a adquiriu nunca, eles não tiveram a felicidade de ser nossos alunos... Ter-lhes-á causado um grande mal? Filosofia, não esqueçamos, é o que eles fizeram e fazem e nós os estudamos em nossos cursos.” (Grifos do autor) Esta é uma resposta difícil de refutar. Tenho ouvido e lido muito sobre a ênfase no método estruturalista francês que prevaleceu por décadas – e aparentemente ainda prevalece – no Departamento de Filosofia da USP. Uma primeira pergunta que cabe sobre os méritos do método é a de se, de fato, os grandes filósofos o seguiram! Dificilmente poderiam tê-lo feito, pois, como Porchat mesmo afirma, é um método que só viu a luz ‘bem entrado em anos o século XX’! Em que sentido, por outro lado, um método de *leitura* pode ser identificado – ou confundido – com um método para *filosofar*? Conheceram os grandes filósofos esse método? Evidentemente que não. O praticaram sem conhecê-lo? Tampouco, já que muito deles são explícitos enquanto ao método que seguiam para pensar em ciência e em filosofia.

Mas há outras considerações a serem feitas. Desde que nenhum dos grandes filósofos conheceu tal método estruturalista francês do século XX, para quem escreviam esses filósofos? A resposta que parece que querem que seja dada é: para aqueles que conhecem *o método correto de leitura*. Mas fica no ar que o tal método só pode ser o *método estruturalista francês*! Parece estranho dizer isso, mas é o que se segue se um método é imposto como ‘o’ método para ler e compreender um grande filósofo. Com efeito, se só esse método permite entender um filósofo, os grandes filósofos não escreveram para seus contemporâneos. Ou, se escreveram para eles – como, de fato, o fizeram – estes não poderiam tê-los compreendido plenamente. O fato é que, como diz muito bem Porchat, os grandes filósofos nem conheceram ou usaram tal método nem, o que é talvez mais importante, jamais poderiam tê-lo usado mesmo conhecendo-o já que eles nunca foram historiógrafos ou grandes leitores da história da filosofia! Lembremos o que Porchat disse sobre os filósofos (“grandes, médios e pequenos”): “a maioria, aliás, não adquiriu uma tal formação *nem primeiro nem depois*, não a adquiriu nunca”!

Se houve um método que realmente foi privilegiado – e isso mostra a própria história da filosofia – é o da discussão. Eu mesmo sou um grande admirador da *maieutica* socrática. Diz Porchat: “E cabe recordar também que os gregos, afinal os pais da Filosofia, praticaram fundamentalmente o método da discussão filosófica, da proposição de teses e antíteses, de perguntas e respostas, de argumentos e objeções.” Os diálogos de Platão são um exemplo maravilhoso disso. Na época medieval (a partir do século XIII) são conhecidas as famosas *quaestiones disputatae*. Mais tarde, na época moderna, um exemplo clássico de discussão nos dão as *Meditações* de Descartes que trazem as objeções de vários filósofos importantes, entre eles Hobbes, e as respostas de Descartes às objeções. Na época contemporânea, e citando um caso que presenciei no meu país, isso aconteceu nos anos 70, por motivos claramente ideológicos. E voltei a presenciar o mesmo na minha permanência de quase uma década, como aluno e professor, em universidades norte-americanas. Porchat, portanto, está coberto de razão quando diz: “Para gregos e medievais, para muitos modernos e para muitos contemporâneos, em muitas Universidades, sobretudo nos países de línguas anglo-germânicas, aprender a filosofar é aprender a debater teses, a sustentar pontos de vista, a impugnar pontos de vista contrários aos que se estão defendendo.” É verdade. Quando cursava o doutorado nos Estados Unidos, um dos grandes representantes da Filosofia Analítica norte-americana, Héctor-Neri Castañeda, disse na sua primeira aula, para minha surpresa: “Quero que para a próxima aula leiam este artigo que escrevi faz algum tempo, o critiquem, e me informem de qualquer idéia estapafúrdia, inaceitável ou chocante que encontrem nele!” Eu pensei que estava brincando. Não estava. A aula seguinte ele mesmo pegou o artigo e o destruiu argumentativamente de cabo a rabo. Tinha mudado radicalmente de opinião! Noutras palavras, a partir de um certo momento, tinha abandonado suas antigas teses e desenvolvera um outro olhar sobre as mesmas coisas!

Conclusão: A filosofia como prática teórica

A questão de como ensinar filosofia não é completamente diferente de como ensinar medicina ou matemáticas. É de propósito que estou me referindo disciplinas diferentes. Um historiador da medicina ou das matemáticas poderá nos dizer o que fora feito, naquelas áreas, em épocas passadas. Mas ele não vai, com isso, ensinar seus alunos a fazer medicina ou matemáticas. Já uma faculdade de medicina ou um departamento de matemáticas vão ensinar essas ciências introduzindo seus alunos na peculiar prática médica e matemática. Nessas áreas os professores vão preparar os alunos a estarem prontos para resolver problemas. Anteciparão situações mediante o acúmulo de práticas resolutivas e não meramente contemplativas. O aluno será, pouco a pouco, exposto aos diversos problemas e às várias soluções possíveis. Tanto na medicina como nas matemáticas os alunos são preparados para reconhecer, entender e resolver problemas. A teoria, vemos, está essencialmente vinculada a uma inevitável situação de confrontação: o da teoria com a prática. Naquelas áreas os estudantes são preparados a lidar com situações problemáticas. Quanto maior o número de problemas e maior o esforço resolutivo, maior será a capacidade desses alunos para enfrentar com sucesso seus futuros desafios. Pois, lembremos, estão sendo preparados para ser médicos e matemáticos, não historiadores de uma ou de outra área.

Na filosofia, se o professor encarasse o ensino dessa maneira, os alunos seriam facilmente estimulados a pensar filosoficamente e não a ‘assimilar’ passivamente teorias que, passado um tempo, esquecerão. Não se trata, então, de ‘ensinar’ Platão, Hobbes ou Locke mas mostrar como eles lidaram com problemas semelhantes. Pode-se introduzir a questão ‘que é justo’ já na primeira aula de uma turma qualquer. Os alunos seriam incentivados a dizer o que pensam sobre o que é justiça e, necessariamente, como tenho constatado, os diversos problemas da filosofia vão aparecendo – como desigualdade, propriedade, distribuição de riqueza etc. Cabe ao professor, depois de que os alunos expressaram livre e descontraidamente suas idéias, contrapô-las, contrastá-las ou compará-las aos dos diversos filósofos. Essa é verdadeira introdução ao filosofar porque, independentemente de ‘repassar’ teorias que os alunos devem ‘interiorizar’, os alunos já se vêem a si mesmos no papel de pensadores, de gente capaz para se posicionar, reconhecer problemas e tentar resolvê-los, mesmo que aos poucos. Mas é assim que começamos aprendendo absolutamente tudo o que sabemos. É tentando fazer que começamos a aprender. E cabe ao professor entender que as primeiras tentativas podem não ser completamente felizes. Foi falando que se aprende a falar, cometendo erros, percebendo os erros e aos poucos evitando-os.

Na visão que defendo cabe à contemporaneidade um papel fundamental. Porque somos seres do presente que, apesar de termos herdado problemas que nos perseguem há séculos, somos forçados a dar respostas aos desafios dos novos tempos. Uma visão historiográfica tem um defeito que parece insuperável: privilegia o conhecimento do passado deixando o presente e o futuro para um ‘nunca mais’. O professor Oswaldo Porchat diz corretamente, um estudante de filosofia pode terminar seu curso de graduação sem ter sido confrontado com os problemas da filosofia contemporânea. Não é que o passado filosófico não seja importante. Eu mesmo dou aula de Filosofia Antiga faz alguns anos. Mas meu enfoque não é certamente historiográfico e sim problemático. Na medida do possível projeto os problemas antigos ao mundo contemporâneo. Ou, melhor, escolho aqueles temas que me permitam fazer tal projeção. Ora, isso é muito fácil com todos os grandes problemas da filosofia: metafísicos, ontológicos, epistêmicos, éticos, políticos, de filosofia da arte e até da filosofia da linguagem. A minha é uma abordagem, digamos assim, retroprojetiva. Levo meus alunos ao passado para melhor pensar o presente. No meu caso, isso não implica num desconhecimento dos antigos filósofos. Muito pelo contrário. Não escondo meu verdadeiro fascínio pelos filósofos antigos, dos pré-socráticos até Aristóteles. Nem o tratamento exaustivo de alguns diálogos de Platão, que tanto admiro. Mas não é uma admiração que leve os alunos a ficarem embaçados com o grande discípulo de Sócrates e mestre de Aristóteles. Vou mostrando um a um os argumentos falhos, as passagens complicadas e as posições com as quais discordo, dando as razões que tenho para minhas críticas. Mas também mostro suas grandes contribuições, as intuições que anteciparam séculos de pensamento filosófico. Faço o mesmo com relação às admiráveis antecipações dos atomistas Demócrito e Leucipo, assim como de Empédocles, Anaxágoras. É uma viagem que faço ao passado tendo sempre mente o nosso tempo. Contudo, por isso mesmo, é uma viagem que privilegia o

presente. Tento mostrar tudo o que devemos ao passado e, ao mesmo tempo, o que ainda fica por ser repensado, refletido e, claro, quais são os desafios que devemos enfrentar.

Aí entra a parte realmente criativa do ensino de filosofia. O professor não pode ser simplesmente um leitor erudito de textos clássicos. Ele deve ter suas próprias teorias. Concordo, portanto, completamente com o professor Oswaldo Porchat quando afirma: “*Ensinar a filosofar exige que se filosofe também*. Que se tenha a coragem de pensar por conta própria, de propor idéias, de fazer críticas e de recebê-las. Exige que nos exponhamos publicamente, oralmente e por escrito.” (Grifos do autor) Sem dúvida, não podemos não dizer publicamente o que pensamos. Não podemos não fazê-lo com os nossos alunos, em sala de aula, e não podemos deixar de fazê-lo por escrito. Assim como o médico deve estar preparado para fazer medicina, isto é, tratar, operar um paciente e dizer *como e por que ele faz como faz*, à diferença de muitos outros, nós, na filosofia, devemos estar em condições de dizer o que é que pensamos por nós mesmos, o que fazemos de próprio e original no nosso trabalho filosófico e por que fazemos o que fazemos, isto é: por que pensamos como pensamos. Para isso, obviamente, algo de novo devemos ter a dizer. Alguma coisa nova devemos necessariamente ter nas nossas cabeças que não pegamos de um Platão, de um Aristóteles, de um Kant ou de quem for. Pois é impossível, depois de anos de reflexão na área da filosofia, não termos nada original a dizer, nada que seja só nosso. E isso deve estar nas nossas publicações, nos nossos artigos e nos nossos livros. Não pode ser diferente. Mas aqui no Brasil, lamentavelmente, há um silêncio suspeito sobre isso. Não podemos nos limitar a simplesmente comentar textos de outros filósofos. Devemos propor coisas nossas e estimular nossos alunos a, com o exemplo, fazer o mesmo. Isso, porém, não tem acontecido, o que é de lamentar.

Mas já há vozes que discordam dessa tradição do ensino da filosofia no Brasil. E uma delas é a de Porchat. Continuando aquela passagem ele afirma: “É lamentável que alguns historiadores da Filosofia, ilustres e de indiscutível valor em sua área de pesquisa, nos tenham querido fazer acreditar que pôr-se a filosofar pressupõe a crença na própria genialidade. Nada conheço de mais castrador do que essa tese quando arremessada sobre a cabeça de um jovem que se propõe a estudar e praticar a filosofia. Mas ela é falsa. Ela é tão falsa em Filosofia quanto ela é obviamente falsa em qualquer outro ramo do saber teórico ou prático dos homens. Para filosofar não se exige mais genialidade que a que se exige para ser astrônomo, antropólogo, engenheiro, cozinheiro ou jogador de bola... Basta apenas que se tenha alguma inclinação, alguma capacidade e um certo amor pelo que se quer fazer. E é muito útil que se tenha professores que saibam ajudar-nos a percorrer o caminho escolhido.” Esta passagem é de enorme importância para o futuro da filosofia no Brasil. Se a academia filosófica brasileira aceita o que Porchat afirma, estar-se-ão pondo as condições para que realmente se comece a filosofar – e não só a comentar teorias filosóficas forâneas – aqui no Brasil. A filosofia não é uma prática incompreensível e inimitável de gênios; ela é, como toda prática, um fazer que consiste em reconhecer e tentar resolver problemas. Dizer quais foram os problemas e como nós tentamos resolvê-los, fazer isso publicamente e por escrito, é mostrar o nascimento, desenvolvimento e eventual resolução, ou mesmo abandono, dos nossos próprios problemas filosóficos, isto é, mostrar o percurso de nossa própria prática teórica.